

## EEB - Doença da Vaca Louca

Legislação	Data	Assunto
<b>Legislação Federal</b>		
Norma Interna DSA nº 02	21/07/2014	Aprova os procedimentos de monitoramento e controle de trânsito de bovinos importados de países de risco para encefalopatia espongiforme bovina (EEB).
Instrução Normativa nº 05	01/03/2002	Aprova as Normas Técnicas para o controle da raiva dos herbívoros domésticos e a incorporação da encefalopatia espongiforme bovina, da paraplexia enzoótica dos ovinos (scrapie) e outras doenças com sintomatologia nervosa de caráter progressivo no sistema de vigilância da raiva dos herbívoros doméstico.
Instrução Normativa nº 31	03/09/2014	Altera o art. 2º da Instrução Normativa nº 5, de 1º de março de 2002, e o art. 3º do seu Anexo.
Instrução Normativa SDA nº 18	15/02/2002	Aprova as Normas a serem adotadas, visando incrementar à vigilância epidemiológica para detecção de Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis - EET - em ruminantes.
Instrução Normativa Ministerial nº 18	15/12/2003	Proíbe o abate de bovino e bubalino importados de país onde houve ocorrência de caso autóctone da EEB ou de país considerado de risco para esta doença; proíbe o comércio e a transferência para outro estabelecimento de criação, de bovino e bubalino importado, sem prévia autorização do serviço oficial de defesa sanitária animal; providências na ocorrência da morte de bovinos importados; procedimentos de sacrifício de bovinos importados
Instrução Normativa nº 15	02/04/2008	Aprova os Procedimentos para a Atuação em Caso de Suspeita ou Ocorrência de Paraplexia Enzoótica dos Ovinos (scrapie).
Instrução Normativa nº 17	07/04/2008	Proíbe em todo o território nacional a fabricação, na mesma planta, de produtos destinados à alimentação de ruminantes e de não-ruminantes, exceto os estabelecimentos que atenderem aos requisitos descritos nessa norma.
Instrução Normativa nº 49	15/09/2008	Estabelece as seguintes categorias de risco para a Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB: categoria I - países com risco insignificante para a EEB; categoria II - países com risco controlado para a EEB; categoria III - países com risco indeterminado ou não classificado para a EEB; proíbe a importação de ruminantes, seus produtos e subprodutos destinados a quaisquer fins, de produtos para uso veterinário que contenham em sua composição insumos oriundos de ruminantes, e de produtos e ingredientes de origem animal destinados à alimentação de animais, quando originários ou procedentes de países classificados na categoria III e estabelece outras providências.
Instrução Normativa nº 41	08/10/2009	Aprova os procedimentos a serem adotados na fiscalização de alimentos de ruminantes em estabelecimentos de criação e na destinação dos ruminantes que tiveram acesso a alimentos compostos por subprodutos de origem animal proibidos na sua alimentação.
Instrução Normativa nº 10	19/03/2010	Altera o caput do art. 2º e o inciso I do art. 5º, do Anexo II da Instrução Normativa MAPA nº 41, de 8 de outubro de 2009 e altera os Anexos III e IV, da Instrução Normativa MAPA nº 41, de 8 de outubro de 2009.
Instrução Normativa nº 42	30/08/2011	Altera o prazo para o fiscalizado eliminar ruminantes que tiveram acesso a alimento proibido.
Instrução Normativa nº 44	17/09/2013	Institui o Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina - PNEEB.
Instrução Normativa nº 13	14/05/2014	Estabelece as normas para identificação, monitoramento e controle da movimentação de bovinos importados de países considerados de risco para encefalopatia espongiforme bovina (EEB) e aprovar os formulários constantes dos Anexos desta Instrução Normativa.

## EEB - Doença da Vaca Louca

Legislação	Data	Assunto
Instrução Normativa nº 01	20/02/2015	Exclui da proibição prevista no art. 1º da Instrução Normativa nº 8, de 25 de março de 2004, o produto ovo em pó destinado à alimentação de ruminantes; o ingrediente para alimentação animal ovo em pó não deverá conter nenhum outro produto ou subproduto de origem animal.
Instrução Normativa nº 08	25/03/2004	Proíbe em todo o território nacional a produção, a comercialização e a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal; fica também proibida a produção, a comercialização e a utilização de produtos para uso veterinário, destinados a ruminantes, que contenham em sua formulação insumos oriundos de ruminantes; excluem-se dessa proibição, o leite e os produtos lácteos, a farinha de ossos calcinados (sem proteína e gorduras), e a gelatina e o colágeno preparados exclusivamente a partir de couros e peles e estabelece outras providências.
Portaria IMA nº 1395	05/02/2014	Em virtude da prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), os frigoríficos que abatem ruminantes (bovinos, bubalinos, caprinos e ovinos) devem obedecer a procedimentos adequados de produção para assegurar a efetiva remoção, segregação e destinação dos materiais especificados de risco (MER) para
Instrução de Serviço GIP nº 002/2014	07/02/2014	Trata da remoção, segregação e destinação dos materiais especificados de risco (MER) para Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) em estabelecimentos que abatem ruminantes.
Portaria IMA nº 1538	08/09/2015	Proíbe a entrada de cama de frango no Estado, exceto se for fertilizante orgânico com registro no MAPA e que a carga siga as exigências legais e estabelece outras providências.